



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo

DIRETORIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Coordenadoria de Atendimento ao Plenário

cap@campinas.sp.leg.br – Ramal 1447



00100.161962/2019-24

PRESIDÊNCIA

Of. Circular 144/2019-CAP

Campinas, 20 de agosto de 2019.

A Sua Excelência o Senhor Presidente do Senado Federal Davi Alcolumbre  
Praça dos Três Poderes, Anexo I, 20º andar  
Brasília-DF  
70165-920

Assunto: Encaminhamento de moção

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Encaminho cópia de inteiro teor da Moção nº 190/2019, de autoria do vereador Luiz Cirilo, devidamente aprovado(a) na 45ª Reunião Ordinária de 2019 da Câmara Municipal de Campinas.

Atenciosamente,

Junte-se ao processado do  
VETO

nº 25, de 2019.

Em 07/08/2019  
Hostyldo

José Roberto Leite de Matos  
Secretário-Geral de Mesa Adjunto

Marcos Bernardelli  
Presidente



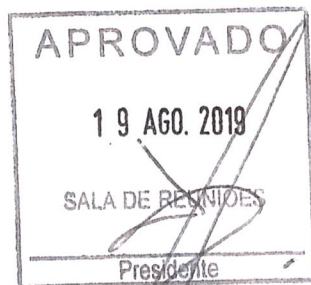
# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo

[www.camaracampinas.sp.gov.br](http://www.camaracampinas.sp.gov.br)

Gabinete do Vereador Luiz Henrique Cirilo

1/3



MOÇÃO DE APELO Nº 190 /2019

## MOÇÃO DE APELO AOS DEPUTADOS DA CÂMARA FEDERAL PARA DERRUBAREM O VETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA EM REFERÊNCIA AO PLC 11/2016 .

Senhor Presidente

O Vereador que esta subscreve, apresenta a **MOÇÃO DE APELO** aos Deputados Federais para derrubarem o **VETO** Presidencial de nº 25/2019, concernente ao Projeto de Lei da Câmara nº 11/2016 (PL Original nº 1.385/2007).

Ao que consta o veto será debatido e votado pela Plenária do Congresso Nacional em seção prevista para o dia 21 de agosto deste ano.

Sr. Presidente, como foi informado, o Projeto que deu origem a este PLC, é da lavra do ex Deputado Federal Felipe Bornier do Rio de Janeiro que à época ganhou o nº 1.385/2007, sendo certo que em sua tramitação no decorrer desses 12 anos, foi aprimorado e hoje é caracterizado pelo nº PLC - 11/2016.

No meu sentir, estou convicto de que tanto no bojo do Projeto em comento, quanto em sua exposição de motivos, os proponentes foram felizes em pontuar a necessidade do preparo cabal dos **CUIDADORES**, para a realização desse sagrado mister, qual seja, acompanhar e cuidar das pessoas que necessitam de seus préstimos profissionais humanitários.

Há que se ressaltar que o trabalho do **CUIDADOR** é um verdadeiro sacerdócio, pois na maioria das vezes suas atividades são extrapoladas no horário, ressaltando que trata-se de um trabalho que exige paciência, renúncia e acima de tudo preparo profissional e esta solução está amplamente exposta no Projeto em análise.





# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo

[www.camaracampinas.sp.gov.br](http://www.camaracampinas.sp.gov.br)

Gabinete do Vereador Luiz Henrique Cirilo

2/3

É de bom alvitre sopesar também, que o público alvo dos trabalhos do **CUIDADOR**, constitui-se na sua maioria de **PESSOAS IDOSAS**, cujos familiares, em função do azáfama imposto pela vida moderna, não tem como cuidar de seus queridos **IDOSOS**, tendo que a contragosto, delegar os cuidados para os **PROFISSIONAIS CUIDADORES**.

É muito comum os familiares dessas pessoas que são cuidadas, reclamarem de maus tratos das pessoas que as cuidam, ressaltando que nem sempre é por impaciência por parte desses últimos, mas por não terem sido treinadas para esse serviço especial.

A presente **MOÇÃO DE APELO** traduz o clamor da população Brasileira, neste caso de Campinas também, que querem que seus queridos sejam “entregues” a **CUIDADORES** preparados para esse desiderato.

Com todo o respeito para com o nosso Presidente da República, mas o seu **VETO** a este importante Projeto de Lei da Câmara, poderá dar azo à permanência de pessoas, até com boas intenções, mas totalmente despreparadas para exercer esse importante papel que é de cuidar das pessoas incapacitadas (parcial ou totalmente).

Nesta **MOÇÃO** apelo aos senhores **CONGRESSISTAS** para não prosperar o **VETO** Presidencial, em detrimento deste importante Projeto que regulamenta a **PROFISSÃO DO CUIDADOR**.

Na sociedade moderna em que vivemos está patenteado que a cada dia, cresce a demanda de contratação de novos **CUIDADORES** e o **VETO** está na contramão dessa necessidade premente.

Finalmente este vereador, no uso de suas atribuições estatutárias, atendendo uma necessidade e um clamor de justo reconhecimento, requer neste ato, a aprovação do Plenário desta Casa Legislativa, da **MOÇÃO DE APELO à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal**, com o fito de **DERRUBAR** o **VETO**, na Plenária do dia 21 de agosto próximo.



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo

[www.camaracampinas.sp.gov.br](http://www.camaracampinas.sp.gov.br)

Gabinete do Vereador Luiz Henrique Cirilo

3/3

Senhor Presidente, este Vereador, requer ainda sejam enviadas cópias da presente **MOÇÃO DE APELO**, às duas Casas Legislativas Federais (Câmara e Senado) do Congresso Nacional:

**Câmara dos Deputados, Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, Sala 153**

**Praca dos Três Poderes - CEP 70.160-900 - Brasília-DF**

**Fones: (0\*\*61) 3215-8658/52 E-mail: [gtcl@camara.gov.br](mailto:gtcl@camara.gov.br)**

**Palácio do Congresso Nacional - Praça dos 3 Poderes, Brasília - DF, 70160-900,**

Sala de Reuniões, 16 de agosto de 2019.

Luiz Henrique Cirilo

Vereador PSDB

aro 19

FES 16/08/2019



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Coordenadoria de Atendimento ao Plenário

[cap@campinas.sp.leg.br](mailto:cap@campinas.sp.leg.br)

Câmara Municipal  
Campinas  
Coordenadoria de  
Atendimento ao Plenário

Folha nº

Moção nº 190/2019  
Do senhor Luiz Cirilo

Conforme estabelece o art. 139 do Regimento Interno<sup>1</sup>:

À Comissão de Constituição e Legalidade para analisar e após ao Plenário para deliberar.

Sala das Reuniões, 19 de agosto de 2019.



PRESIDENTE

<sup>1</sup>Art. 139 - Moção é a proposição em que é manifestada a opinião da Câmara sobre determinado assunto, apelando, apoiando ou protestando. (alterado pela Res. 933/2017)

I - A moção deverá ser redigida com clareza e precisão, concluída necessariamente por um texto que será objeto de apreciação pelo Plenário.

II - Lida no expediente ou após recebida pela Mesa, será a moção deliberada na mesma reunião desde que protocolada até as 18h30 e após análise da Comissão de Constituição e Legalidade.

III - A Mesa deixará de receber moção quando o objetivo por ela visado possa ser atingido através de indicação ou requerimento.

IV - Para aprovação de moção, é necessária a maioria simples dos votos. (alterado pelas Res. 949/2018).